



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012

Requer a criação de força-tarefa composta por parlamentares da Comissão de Educação e Cultura, obedecida a ordem decrescente da proporcionalidade partidária, até o limite que vier a ser fixado pelo Plenário do Colegiado, com o objetivo de examinar os investimentos que vêm sendo efetuados pelos municípios que mais recebem royalties oriundos da exploração do petróleo.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais – Art. 32, IX, a --, solicito a criação de força-tarefa composta por parlamentares da Comissão de Educação e Cultura, obedecida a ordem decrescente da proporcionalidade partidária, até o limite que vier a ser fixado pelo Plenário do Colegiado, com o objetivo de examinar os investimentos que vêm sendo efetuados pelos municípios que mais recebem royalties oriundos da exploração do petróleo. Os ônus provenientes dos deslocamentos do grupo serão cobertos pelas verbas administradas pelos gabinetes dos deputados que o integrarem e, excepcionalmente, pela Comissão de Educação e Cultura.

A seleção das Unidades Administrativas a serem relacionadas para visitação provirá das informações constantes das publicações editadas pelos ministérios e autarquias que lidam com o assunto.

Os representantes de cada partido serão indicados na reunião da CEC que deliberar sobre a matéria ou, se for o caso, mediante comunicação posterior à Secretaria da Comissão.



Justificativa

O petróleo é uma riqueza não renovável e o melhor destino para esses recursos é a educação. Usar os royalties para a educação ajuda a preparar o País para a sociedade do conhecimento e para dar sustentabilidade ao desenvolvimento. Já somos a sexta maior economia mundial. Temos de gerar mais valor agregado e para isso precisamos investir em pesquisa e desenvolvimento, o que depende da educação.

A Presidenta Dilma Rousseff tem reiterado que toda a receita do pré-sal irá para um fundo soberano, no Exterior – para evitar a desvalorização do real –, e que metade do rendimento desse fundo vá para a educação. Todos os royalties dos contratos futuros nas áreas de concessão, que são os poços que não ficam no pré-sal, serão integralmente destinados à educação. Tanto a parte da União quanto a dos Estados e dos municípios. O fundo vai crescer rapidamente.

Não sabemos exatamente quantos serão esses recursos para a educação, mas eles irão aumentar muito nos próximos anos. Hoje, os royalties e as participações especiais somam R\$ 27 bilhões. Esse volume deve dobrar em 2020 e parte desses recursos, que vem dos novos contratos, precisa ser destinada à educação. Hoje, os municípios que mais recebem recursos de petróleo têm Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) bastante diferentes entre si. Uns têm excelente pontuação, outros, muito baixa. Esse últimos, certamente, não estão usando esses recursos com uma visão estratégica.

Iraque, Irã, Arábia Saudita e Líbia são grandes produtores de petróleo e são prisioneiros da “doença holandesa”. Esta “doença” refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. Quando a Venezuela descobriu o petróleo, nos anos 1970, o economista Celso Furtado escreveu que poderia ser o primeiro país a romper o ciclo de subdesenvolvimento. Na mesma época, a Noruega descobriu petróleo. A Venezuela não conseguiu diversificar sua economia, não conseguiu dar um salto de desenvolvimento. Criou uma cultura parasitária. Já a Noruega tem um dos melhores Índices de



Câmara dos Deputados
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC

Desenvolvimento Humano do mundo. É uma exceção entre os grandes produtores de petróleo. Não podemos repetir os erros dos outros. Mas, em vez de pactuar por um projeto de futuro, já estamos vendo no Brasil um acirramento da disputa por esses recursos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que está no Senado, dobra os recursos e cria várias metas, como aumento de creches, de vagas, escola em tempo integral. Mas não definiu uma única fonte de financiamento. O risco é o PNE virar o Protocolo de Kyoto, com o qual todo mundo concorda, mas ninguém cumpre.

Assim, a Comissão de Educação e Cultura, cujos integrantes tiveram papel decisivo na aprovação tanto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) quanto do Plano Nacional da Educação (PNE – 2011/2020), têm agora um papel igualmente preponderante para a sinalização das fontes de recursos para viabilizar esses e outros programas de interesse vital para o desenvolvimento socioeconômico do País. A força-tarefa aqui sugerida terá o papel de recolher subsídios para que o esforço nacional em prol da destinação integral dos recursos do petróleo para a educação sejam aplicados futuramente da forma mais eficaz possível. Para isso, analisar as experiências dos municípios que mais recebem atualmente royalties dessa fonte se constituirá em importante fonte de estudos para a obtenção desse nobre objetivo.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2012.

Deputado Newton Lima

(PT-SP)